



Anais da Assembléia

Nº 52

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 16 DE ABRIL DE 1997

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI

3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI

4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI

5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado VALDIR ROSSONI
PDT	Deputado WALMOR TRENTINI
PTB	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI
PMDB	Deputado ORLANDO PESSUTI
PFL	Deputado ELIO RUSCH
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PT	Deputado PERICLES H. MELLO
PPB	Deputado AUGUSTINHO ZUCCHI

Representação Partidária

PDT - 11: Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Julio Ando - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni - Walmor Trentini; PMDB - 10: Cleiton Kiele - José Durval Amaral - José Tavares - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PSDB - 09: Alvanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - Carlos Simões - Cesar Silvestri - Edson Lino - José Maria Ferreira - Ricardo Chab - Sérgio Spada; PFL - 06: Basílio Zanusso - Elío Rusch - Hidekazu Takayama - Nelson Garcia - Plauto Miró - Remy Borsato; PPB - 06: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duffio Genari - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PTB - 06: Ademair Traiano - Anibal Khury - Eduardo Trevisan - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Alborghetti - Marquinhos Alves; PT - 05: Angelo Vanhoni - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PL - 01: Horácio Rodrigues.

Atos da Presidência:

RESOLUÇÃO Nº 008/96

Data: 06 de novembro de 1996

Súmula: Altera o "Caput" do art. 15 e seu § 1º, da Resolução nº 159/90, que aprovou o Regimento Interno deste Poder Legislativo.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica alterado o "caput" do art. 15 e seu parágrafo primeiro, da Resolução nº 159/90, que aprovou o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado, e que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 15 - À Mesa da Assembléia, composta de Presidente três Vice-Presidentes e cinco Secretários, compete a direção de todos os trabalhos.

& 1º - Nas suas faltas e impedimentos, o Presidente será substituído pelo 1º vice-Presidente e, na sua ausência ou impedimentos deste, pelos 2º e 3º vice-Presidentes; o 1º e 2º Secretários serão substituídos, respectivamente, pelos 3º, 4º e 5º Secretários".

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 06.11.96.

ANIBAL KHURY

Presidente

RESOLUÇÃO Nº 009/96

Data: 07 de novembro de 1996.

Súmula: Autoriza o Poder Executivo, através do IAP, alienar a Mariano Goldacha, o lote nº 09 do imóvel "Pitanga Abaixo", Município de Pitanga, com área de 163,2518 ha.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a alienar o imóvel constituído do lote nº 09, do imóvel "Pitanga Abaixo", Município de Pitanga, com área de 163,2518 ha., a Mariano Goldacha.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 07.11.96.

ANIBAL KHURY

Presidente

RESOLUÇÃO Nº 010/96

Data: 07 de novembro de 1996.

Súmula: Autoriza o Poder Executivo, através do IAP, alienar a Luiz Alberto Ribas Prestes, o lote nº 06 do imóvel Barra Preta, Município de Pitanga, com área de 106,5838 ha.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a alienar o imóvel constituído do lote nº 06, do imóvel Barra Preta, Município de Pitanga, com área de 106,5838 ha., a Luiz Alberto Ribas Prestes.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 07.11.96.

ANIBAL KHURY

Presidente

RESOLUÇÃO Nº 011/96

Data: 07 de novembro de 1996.

Súmula: Autoriza o Poder Executivo, através do IAP, alienar a Leonildo Garcia da Cruz e Antônio Martinelli, o lote nº 01 do Imóvel Borboletinha "A", Município de Pitanga, com área de 136,5354 ha.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Inter-

no, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a alienar o imóvel constituído do lote nº 01, do Imóvel Borboletinha "A", Município de Pitanga, com área de 136,5354 ha., a Leonildo Garcia da Cruz e Antônio Martinelli.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 07.11.96.

ANIBAL KHURY

Presidente

RESOLUÇÃO Nº 012/96

Data: 11 de novembro de 1996.

Súmula: Autoriza o Poder Executivo, através do IAP, alienar a Luiz Pontarolo, o lote nº 02 da Gleba 16, Colônia Boa Ventura, Município de Pitanga, com área de 206,3588 ha.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a alienar o imóvel constituído do lote nº 02 da Gleba 16, Colônia Boa Ventura, Município de Pitanga, com área de 206,3588 ha., a Luiz Pontarolo.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 11.11.96.

ANIBAL KHURY

Presidente

RESOLUÇÃO Nº 013/96

Data: 11 de novembro de 1996.

Súmula: Autoriza o Poder Executivo, alienar o imóvel constituído do lote nº 97, do imóvel Cascata Município de Pitanga com área de 167,3337 ha à Lino Caetano da Rosa.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a alienar o imóvel constituído do lote nº 97, do imóvel Cascata, Município de Pitanga com área de 167,3337 ha. a Lino Caetano da Rosa.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 11.11.96.

ANIBAL KHURY

Presidente

RESOLUÇÃO Nº 014/96

Data: 11 de novembro de 1996.

Súmula: Autoriza o Poder Executivo, através do IAP, alienar a José Matias Gomes, os lotes nºs 29 e 46-A, da Gleba 2, Colônia Boa Ventura, Município de Pitanga, com áreas de 133,3409 e 19,3600 ha, respectivamente.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a alienar o imóvel constituído dos lotes nºs 29 e 46-A, da Gleba 2, Colônia Boa Ventura, Município de Pitanga, com áreas de 133,3409 e 19,3600 ha, respectivamente, a José Matias Gomes.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 11.11.96.

ANIBAL KHURY

Presidente

RESOLUÇÃO Nº 017/96

Data: 11 de novembro de 1996.

Súmula: Autoriza o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná IAP, alienar a Edelvino José Centofante, e Luiz Antonio Centofante, o lote nº 64, do imóvel Cascata, situado no Município de Pitanga.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Inter-

no, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a alienar o lote nº 64 do imóvel Cascata, situado no Município de Pitanga, a Edelvino Centofante e Luiz Antonio Centofante.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 11.11.96.

ANIBAL KHURY

Presidente

RESOLUÇÃO Nº 018/96

Data: 11 de dezembro de 1996.

Súmula: Autoriza o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná IAP, alienar a Gilmar Dias de Oliveira e Gilvano Dias de Oliveira, lote nº 15, do imóvel Cascata, situado no Município de Pitanga.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a alienar através do Instituto Ambiental do Paraná IAP, a Gilmar Dias de Oliveira e Gilvano Dias de Oliveira, o lote nº 15, do Imóvel Cascata, situado no Município de Pitanga.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 11.12.96.

ANIBAL KHURY

Presidente

RESOLUÇÃO Nº 019/96

Data: 16 de dezembro de 1996.

Súmula: Autoriza o Poder Executivo, a alienar o lote nº 31/b da gleba 4, da Colônia Boa Ventura, situado no Município de Pitanga, a Josélia Dalsoto Lopes Gralak.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a alienar o lote nº 31/b, da gleba 4, da Colônia Boa Ventura, situado no Município de Pitanga, a Josélia Dalsoto Lopes Gralak.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 16.12.96.

ANIBAL KHURY

Presidente

RESOLUÇÃO Nº 020/96

Data: 11 de dezembro de 1996.

Súmula: Autoriza o Poder Executivo, a alienar o lote nº 4, do imóvel Borboletinha "B", situado no Município de Pitanga a Joel José Portugal Berardi, Clotevina Aparecida Portugal Berardi Renczezen e João Vicente Portugal Berardi.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a alienar o lote nº 4, do Imóvel Borboletinha "B", situado no Município de Pitanga a Joel José Portugal Berardi, Clotelvina Aparecida Portugal Renczezen e João Vicente Portugal Berardi.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 16.12.96.

ANIBAL KHURY

Presidente

RESOLUÇÃO Nº 014/97

Data: 10 de março de 1997.

Súmula: Autoriza o Poder Executivo, a alienar o lote nº 66 e 66/A do imóvel São Sebastião - Perímetro "O", situados no Município de Adrianópolis, a José Fernandes dos Santos.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Inter-

no, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a alienar o lote nº 66 e 66/A do Imóvel São Sebastião - Perímetro "O", com área de 151,2050 ha, situados no Município de Adrianópolis, a José Fernandes dos Santos.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 10.03.97.

ANIBAL KHURY

Presidente

RESOLUÇÃO Nº 015/97

Data: 10 de março de 1997.

Súmula: Autoriza o Poder Executivo, a alienar o lote nº 33 do Imóvel Limoeiro, situado no Município de Adrianópolis, a Ivanildo de Lima Farias.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a alienar o lote nº 33 do Imóvel Limoeiro, com área de 166,6229 ha, situado no Município de Adrianópolis, a Inivaldo de Lima Farias.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 10.03.97.

ANIBAL KHURY

Presidente

RESOLUÇÃO Nº 016/97

Data: 11 de março de 1997.

Súmula: Autoriza o Poder Executivo, a alienar o lote nº 33 do Imóvel São Sebastião - Perímetro "O", situado no Município de Adrianópolis, a Mário Medeiros dos Santos.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a alienar o lote nº 33 do Imóvel São Sebastião - Perímetro "O", com área de 123,8054 ha, situado no Município de Adrianópolis, a Mário Medeiros dos Santos.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 11.03.97.

ANIBAL KHURY

Presidente

RESOLUÇÃO Nº 017/97

Data: 17 de março de 1997.

Súmula: Autoriza o Poder Executivo, a alienar o lote nº 31, da Gleba 4, do Imóvel da Colônia Boa Ventura, situado no Município de Pitanga, a Albina Bassai Pianta.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a alienar o lote nº 31, da Gleba 4, com área de 73,3883 ha, situado no Município de Pitanga, a Albina Bassai Pianta, imóvel situado na Colônia Boa Ventura.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 17.03.97.

ANIBAL KHURY

Presidente

RESOLUÇÃO Nº 018/97

Data: 17 de março de 1997.

Súmula: Autoriza o Poder Executivo, a alienar o lote nº 24, do Imóvel Limoeiro, situado no Município de Adrianópolis, Comarca de Bocaiúva do Sul, a José Pereira da Silva.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a alienar o

lote nº 24, do Imóvel Limoeiro, com área de 162,4629 ha, situado no Município de Adrianópolis, a José Pereira da Silva.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 17.03.97.

ANIBAL KHURY

Presidente

RESOLUÇÃO Nº 019/97

Data: 17 de março de 1997.

Súmula: Autoriza o Poder Executivo, a alienar os lotes nºs 3 e 5, do Imóvel Sitinho, situados no Município de Adrianópolis, Comarca de Bocaiúva do Sul, a Antonio Gonçalves dos Santos.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a alienar os lotes nºs 3 e 5, do Imóvel Sitinho com área de 155,3972 ha, situados no Município de Adrianópolis, a Antonio Gonçalves dos Santos.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 17.03.97.

ANIBAL KHURY

Presidente

RESOLUÇÃO Nº 020/97

Data: 18 de março de 1997.

Súmula: Autoriza o Poder Executivo, a alienar o lote nº, 31 do Imóvel Limoeiro, situado no Município de Adrianópolis, a Pedro Ribeiro Farias.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a alienar o lote nº 31, do Imóvel Limoeiro, situado no Município de Adrianópolis, com área de 197,7806 ha, a Pedro Ribeiro de Farias.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 18.03.97.

ANIBAL KHURY

Presidente

RESOLUÇÃO Nº 021/97

Data: 20 de março de 1997.

Súmula: Autoriza o Poder Executivo, a alienar os lotes nºs 48, 78 e 46 do Imóvel Cascata, situados no Município de Pitanga, a Erasmo Coutinho Machado.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a alienar os lotes nºs 48, 78 e 46, do Imóvel Cascata, situados no Município de Pitanga, com área de 147,6628 ha, 196,1432 e 40,7235 ha, a Erasmo Coutinho Machado.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 20.03.97.

ANIBAL KHURY

Presidente

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA ATA DA 30ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 1997 (QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Cláudio Romanelli, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Tureck e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Ademar Traiano, Albanor Gomes, An-

gelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caio Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duffio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, Ironi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Cláudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Luiz Cláudio Romanelli) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Alborghetti) - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

Pediria que o Senhor Presidente deixasse eu comunicar, que se encontra nesta Casa o Prefeito Municipal de Alcinoópolis, Município do Estado do Mato Grosso do Sul, o Senhor Ademar Treilha. Está presente também a empresária Medeira. Estão em companhia dos Ex-Deputados que honraram este Parlamento, Deputado Otácio Pereira, e o Deputado Valter Pietrângelo.

Sejam bem-vindos a este Parlamento. Esta é a Casa do Povo.

Muito obrigado em nome da nossa Presidência.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 740

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 16.04.97.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 739

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de sessões extraordinárias, logo após a presente sessão ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 16.04.97.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 741

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER seja consignado em Ata um voto de louvor ao Doutor Fernando Quadros da Silva, pela sua brilhante atuação como Juiz Titular à frente da Vara da Justiça Federal de Maringá.

Requer ainda, que da decisão do Plenário se dê ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, em 16.04.97.

(a) JOEL COIMBRA

REQUERIMENTO Nº 742

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER seja consignado em Ata um voto de louvor ao Doutor José Jácomo Gimenes, pela sua brilhante atuação como Juiz Substituto à frente da Vara da Justiça Federal de Maringá.

Requer ainda, que da decisão do Plenário se dê ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, em 16.04.97.

(a) JOEL COIMBRA

REQUERIMENTO Nº 748

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o duto Plenário, moção de apoio aos trabalhadores do Banco do Brasil, que estão sofrendo processo de demissão em massa. O maior banco do país perderá técnicos de alta qualidade, formados na própria instituição e que prestam relevantes trabalhos nas diversas agências de todo Brasil, especialmente em cidades do interior.

Requer ainda, envio de cópia do presente requerimento ao Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Curitiba, Federação dos Bancários do Paraná, Associação dos Funcionários do Banco do Brasil e Presidência do Banco do Brasil.

Sala das Sessões, em 16.04.97.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

Os trabalhadores do Banco do Brasil de todo País, encontram-se em estado de intranquilidade pelo processo de demissão em massa que o Governo Federal pretende promover nesta instituição bancária, que vêm ao longo dos anos prestando relevantes trabalhos ao Brasil, especialmente nos pequenos e médios municípios do interior, onde a presença do banco é motivo de progresso e de financiamento de programas agrícolas. Tendo sempre a frente desta instituição, funcionários altamente qualificados, formados no próprio banco e fora do País.

Não podemos ouvir calados atitudes como esta do Governo Federal, que deseja demitir milhares de chefes de famílias, que tiveram suas vidas dedicadas ao crescimento do banco e do País.

Como representantes da população paranaense, que muito deve ao Banco do Brasil, conseqüentemente a seus funcionários, que diariamente atendem do mais humilde trabalhador ao grande empresário do Paraná, esta Casa de Leis deve manifestar-se diante da possibilidade de demissão em massa, processo que poderá trazer graves prejuízos ao Estado, através de fechamento de agências no interior e na Capital, além de elevar o índice de desemprego no Paraná.

REQUERIMENTO Nº 738

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, encaminhamento de expediente à Câmara Federal, manifestando a desaprovação deste Parlamentar à emenda do "extrateto" apresentada ao Projeto da Reforma Administrativa.

Sala das Sessões, em 16.04.97.

(a) VALDIR ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

Inobstante a apresentação da emenda do Superteto Salarial objetivasse angariar o apoio dos Parlamentares, ainda não convencidos, a votar favoravelmente ao Projeto de Reforma Administrativa, que segundo o Governo Federal resultará numa economia de R\$ 7,6 bilhões, por ano, aos cofres da União, dos Estados e dos Municípios, é primordial que se analise o fato de que a proposta de um teto salarial de R\$ 21.600,00, representa uma afronta à miséria reinante num País onde vigora um salário mínimo de R\$ 112,00, que supostamente, segundo estabelecido no inciso IV, do artigo 7º da Constituição Federal deveria garantir ao cidadão e à

sua família o atendimento às suas necessidades vitais básicas como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social.

REQUERIMENTO Nº 735

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o duto e soberano Plenário, seja enviado expediente à Senhora Fani Lerner, Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família, solicitando a liberação de recursos financeiros para o Asilo São Vicente de Paulo do Município de Imituva.

Esta entidade presta atendimento a cerca de 60 velhinhos, em regime de internato, pobres, desamparados e inválidos do Município de Imituva e região.

Sala das Sessões, em 16.04.97.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 736

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o duto e soberano Plenário, seja enviado expediente à Senhora Fani Lerner, Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família, solicitando a liberação de recursos financeiros para o Lar dos Velhinhos do Município de Rio Azul.

Trata-se de instituição beneficente que abriga em suas dependências 32 pessoas idosas carentes, e sem qualquer tipo de amparo por parte dos familiares, sendo que muitos destes idosos sequer possuem família.

Sala das Sessões, em 16.04.97.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 737

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de expediente aos Presidentes da Câmara Federal, Deputado Michel Temmer e do Senado Federal, Senador Antônio Carlos Magalhães, no sentido de que mobilizem esforços para garantir a aprovação no Congresso Nacional do projeto de lei do Deputado Hélio Bicudo, do PT de São Paulo, que transfere os julgamentos dos crimes cometidos por policiais militares para a alçada da Justiça comum.

Sala das Sessões, em 16.04.97.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

A violência das Polícias Militares do Rio de Janeiro e de São Paulo, exaustivamente mostrada pelas redes de televisão em todo o País, chocaram toda a sociedade. E se as agressões verbais, físicas e até o assassinato, além de extorsão, na favela Naval em Diadema e na favela Cidade de Deus no Rio de Janeiro serviram para trazer à tona uma reflexão sobre nosso aparelhamento policial, reforçaram também a necessidade de punir exemplarmente os policiais que abusam do fardamento, como se a farda e a insígnia os isentassem das barbáries que cometeram. De positivo neste episódio, que não se resume a Rio e São Paulo, todos sabemos, é a retomada do projeto do Deputado Hélio Bicudo, que se encontrava parado na Câmara dos Deputados.

Em que pese tratar detalhadamente dos crimes praticados por militares e que são julgados até agora pela Justiça Militar (o que implica, em tese, em suspeição ou corporativismo, segundo os defensores da idéia), o mais importante avanço que o projeto do Deputado Bicudo traz é a garantia de um julgamento conforme a lei que se aplica a qualquer cidadão comum. Trazer o julgamento dos crimes cometidos por aqueles que usam farda, igualando-os aos civis, é a garantia para a sociedade brasileira de que o manto da impunidade será levantado e os criminosos, responsabilizados. Daí nosso apelo, desta Assembléia Legislativa, em nome do povo paranaense, para que as presidências da Câmara e do Senado, no Congresso Nacional, acelerem a tramitação do projeto em questão e mais que isso, trabalhem pela aprovação deste instrumento de salvaguarda dos direitos básicos

de cidadania.

REQUERIMENTO Nº 743

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Educação solicitando um veículo modelo Kombi para o transporte de professores da Escola Estadual Professor Estanislau Wrublewski, do Distrito de Santana, no Município de Cruz Machado, neste Estado.

Sala das Sessões, em 16.04.97.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

O veículo acima referido servirá para o transporte dos professores que se deslocam diariamente para aquela escola, no período da manhã e da noite. O veículo atualmente em uso está em péssimas condições, colocando em risco a vida dos passageiros.

A falta de transporte poderá comprometer o bom funcionamento daquele estabelecimento de ensino que possui cerca de seiscentos (600) alunos entre as 5ª e 8ª séries e 1ª e 3ª séries do segundo grau.

REQUERIMENTO Nº 749

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso e ao Ministro dos Transportes, Senhor Alcides José Saldanha, solicitando modificação no critério de penalização dos caminhões que transportam cargas móveis no interior da carroceria.

A modificação incide no fato de que os motoristas não têm como controlar, principalmente em subidas e descidas, o nível do peso nos três eixos, visto que as cargas de grãos por exemplo, oscilam muito durante uma viagem, o que não acontece com cargas fixas. Devido a este problema de oscilação de carga sobre a carroceria do caminhão, muitos motoristas são multados injustamente nas balanças de pesagem situadas ao longo de nossas rodovias, pelo fato de que no momento da pesagem a carga não está distribuída de forma homogênea.

Os motoristas, cientes das limitações impostas, não excedem o limite do peso da tonelagem, pois ultrapassando estes limites, o desgaste de fibras e lonas de freio, pneus e outros, serão mais prejudiciais do que os lucros obtidos com o transporte das cargas.

Faz-se necessário um estudo e imediata alteração nos critérios para multar caminhões que transportam cargas móveis no interior da carroceria, no curso de uma viagem.

Sala das Sessões, em 16.04.97.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

Projetos de lei:

PROJETO DE LEI Nº 165/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Doutor Adolar Nicoluzzi.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.04.97.

(a) HORÁCIO RODRIGUES

JUSTIFICATIVA:

A concessão de Título de Cidadão Honorário do Paraná, uma das maiores honrarias que é concedida aos homens de bem que prestaram e que prestam serviços à comunidade paranaense, está sendo proposto a um dos grandes batalhadores em prol da saúde e do bem social deste Estado.

Doutor Adolar Nicoluzzi, nasceu no Município de Porto União - Santa Catarina, em Valões foi registrado em

24 de julho de 1941, filho do Senhor João Nicoluzzi e Antonieta Nicoluzzi, e casado com a Senhora Hésia Leal Nicoluzzi com quem tem dois filhos: João Eduardo Nicoluzzi e Andréa Fátima Nicoluzzi.

Concluiu o 2º grau no Colégio Londrinense - Curso Técnico de Contabilidade em 1954 - 1959, no Colégio Bom Jesus de Curitiba.

Em 1960, no Colégio Estadual do Paraná - Adaptação para o Curso Científico - Curitiba em 1961.

Em 1961 ingressou na Faculdade Católica de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Católica do Paraná - História Natural (Bacharel) concluiu em 1964 - Curitiba.

Em 1964 - Didática.

Na Faculdade de Medicina da Universidade Católica do Paraná - Medicina - 5º classificado da turma - Curitiba - 1963-1968.

Em 1974 - Universidade Federal do Paraná - Medicina do Trabalho - Curitiba.

Em 1982 - Especialização em Cirurgia Geral - Conselho Federal de Medicina - Curitiba.

Atividades Acadêmicas:

Em 1961 - Problemas Educacionais.

Em 1963 - Neurovegetativo - Atualização em Corticosteróides.

Em 1966 - Antibioticoterapia - Ciclo de conferências (Queimaduras, Sexualidade, Cirurgia Plástica, Fraturas da Face) - Doenças Venéreas.

Em 1967 - Diagnóstico Preventivo - Propedêutica Ginecológica.

Atividades Profissionais:

Médico Cirurgião - Serviço de clínica cirúrgica do Professor Mário Braga de Abreu da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba - desde dezembro de 1968.

Médico Plantonista - Pronto Socorro Municipal do Hospital Cajuru da Universidade Católica do Paraná - 1968.

Médico Traumatologista - Hospital Cajuru da Universidade Católica do Paraná em regime de plantão semanal de 1969 a 1977.

Médico Cirurgião - Hospital Cajuru em regime de plantão semanal - desde 1969.

Médico - Serviço de Revisão de Contas Hospitalares do INAMPS - desde 06 de junho de 1970.

Médico Fundador - do Serviço de Medicina e Higiene do Trabalho da COPEL - Companhia Paranaense de Energia - 1970.

Professor do Ensino Secundário - Secretaria de Educação do Paraná, exonerado a pedido - 1973.

Médico Cirurgião Auditor do INAMPS - desde 1981.

Supervisor de Estágio de Urgências Médicas - Curso de Medicina da Pontifícia Universidade Católica do Paraná - Hospital Cajuru - 1989.

Trabalhos Publicados:

Co-Autor do Tema "Pneumatose Cistóide Intestinal - Relato de um caso".

Co-Autor do Tema "Diverticulite de Apêndice Cecal - Relato de um caso".

Condecorações e Homenagens:

Ministério da Guerra - III Exército - 5ª RM - 5ª DIAD/5ª Menção de mérito. Curitiba, novembro - 1960.

XIV Semana de Prevenção de Acidentes do Trabalho - Diploma de mérito. Curitiba, maio - 1975.

Câmara Municipal de Curitiba - voto de louvor. Curitiba, março - 1985.

Santa Casa de Misericórdia de Curitiba - Diploma de Reconhecimento. Curitiba, maio - 1986.

Por seu espírito de luta, de estudo, de disciplina conforme assim demonstra o seu "Curriculum Vitae", por ter pautado o seu trabalho na competência e seriedade, pela sua grande contribuição na área médica, pelos seus trabalhos publicados, pelo muito que tem realizado pela coletividade curitibana, tornou-se merecedor da propositura que ora apresentamos ao Título de Cidadão Honorário do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 166/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Sociedade Beneficente Espírita de Jacarezinho (Creche Dona Anna Marossi), com sede e foro no Município de Jacarezinho, Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.04.97.

(a) BETO RICHÁ

JUSTIFICATIVA:

A Creche Dona Anna Marossi atendeu no ano de 1996 uma média de 35 crianças com ajuda de voluntárias da própria instituição, sociedade e da Prefeitura Municipal, a entidade presta atendimento sem fins lucrativos na prática de caridade com dever social a princípios da moral cristã, como exercício pleno da solidariedade e respeito ao próximo.

PROJETO DE LEI Nº 167/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a repassar recursos, anualmente, a todos os Estabelecimentos da Rede Pública Estadual, para manter acervo condizente ao nível de ensino ministrado.

Art. 2º - O Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Educação, destinará recursos para aquisição do acervo, sua manutenção e reposição.

Parágrafo Único - Os recursos destinados serão no mínimo equivalentes a R\$ 1,00 (um real) por aluno matriculado no Estabelecimento de Ensino.

Art. 3º - Os Estabelecimentos de Ensino deverão efetuar e manter atualizada relação de acervo existente, a qual deverá ser encaminhada, anualmente, à Secretaria de Estado da Educação.

Art. 4º - Os Estabelecimentos de Ensino deverão manter, preferencialmente, pessoal especializado como responsável pela Biblioteca, com conhecimentos específicos na área.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.04.97.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Tal propositura pretende proporcionar aos alunos e professores melhores condições de acesso a informação e conteúdos apropriados para pesquisa e aproveitamento das aulas ministradas.

A necessidade é urgente de atualizar acervos das bibliotecas escolares e o fazemos em consonância com o artigo 231 da Constituição Estadual.

Pelo exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 168/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - As parcelas de receita pertencentes aos municípios, nos termos do artigo 158, parágrafo único, inciso I, da Constituição Federal, serão creditadas na proporção do valor das operações relativas a energia elétrica realizadas por usinas hidrelétricas em seus territórios, cabendo a metade do produto da arrecadação do imposto ao município da sede do estabelecimento e a outra metade aos demais municípios, proporcionalmente à participação territorial de cada um sobre a totalidade das áreas alagadas pelos respectivos reservatórios.

Art. 2º - O artigo 22 e o seu inciso I da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, passam a vigorar acrescidos de uma alínea, com a seguinte redação:

"I - o território dos diversos municípios onde estão

situadas as turbinas geradoras, a barragem e as áreas alagadas pelos respectivos reservatórios, no caso de operações relativas a energia elétrica realizadas por usinas hidrelétricas."

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 1998, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.04.97.

(aa) CEZAR SILVESTRI

ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

As operações com energia elétrica foram tributadas pelo imposto único na vigência da Constituição Federal de 1969.

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, o imposto único foi extinto e a energia elétrica considerada mercadoria sujeita à incidência do imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transportes (ICMS).

Os Estados membros passaram a legislar sobre a matéria, na forma da Constituição Federal e das leis que estabelecem normas gerais de direito tributário.

Tratando de tributação nova, vários equívocos vêm ocorrendo em matéria de incidência do ICMS sobre operações com energia elétrica, principalmente no que diz respeito a definição sobre o local da operação e sobre a distribuição da receita tributária.

O artigo 158, parágrafo único, inciso I, da Constituição Federal, por exemplo, estabelece que a parcela da receita pertencente aos municípios na arrecadação do ICMS será calculada na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviço, realizadas em seu território.

A ocorrência da operação na base territorial do município é o fato que vincula e determina a distribuição da parcela correspondente aos 3/4, no mínimo, do ICMS sujeito à repartição.

O presente projeto procura regular essa situação nas operações relativas a energia elétrica realizadas por usinas hidrelétricas.

As usinas hidrelétricas ocupam o território de vários municípios, com as instalações destinadas a produção de energia elétrica e as áreas atingidas pelos respectivos reservatórios.

O que quer dizer que as operações efetivamente se consumam nos territórios dos diversos municípios, envolvendo o concurso de todas as instalações e áreas necessárias à geração de energia elétrica.

O ICMS, porém, não tem sido repartido na proporção da participação de cada município.

O presente projeto, então, dispõe que a metade do produto da arrecadação do imposto pertencerá ao município da sede do estabelecimento e a outra metade caberá aos demais municípios, na proporção da participação territorial de cada um sobre as áreas alagadas pelos respectivos reservatórios.

A sua apresentação impõe alteração na Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, para declarar que as operações relativas a energia elétrica realizadas por usinas hidrelétricas consideram-se ocorridas no território dos diversos municípios onde se localizam as turbinas geradoras, a barragem e as áreas alagadas pelos respectivos reservatórios.

O presente projeto também estabelece que a lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 1998.

É que as leis de orçamento dos municípios já foram aprovadas e o exercício financeiro está em pleno curso.

A sua vigência imediata poderá afetar as receitas tributárias previstas, em prejuízo da execução orçamentária.

O presente projeto, finalmente, dá um tratamento isonômico a todos os municípios onde se localizam as usinas hidrelétricas, turbinas geradoras e áreas alagadas pelos respectivos reservatórios, e regula a matéria rigorosamente nos termos da Constituição Federal, da Estadual e das leis aplicáveis.

PROJETO DE LEI Nº 169/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Amigos da Pastoral da Criança - AAPAC, com sede e foro no Município de Paranavai - Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.04.97.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Amigos da Pastoral da Criança - AAPAC, foi fundada em 30 de maio de 1996 e integra-se, por filiação, à ANAPAC, de quem recebe orientação, apoio e permissão para o uso do nome e símbolo da Pastoral da Criança, a cujo Estatuto adere e a cuja supervisão se submete é uma entidade filantrópica, sem fins lucrativos, suas finalidades fundamentais são:

a) sobrevivência e desenvolvimento integral da criança através de ações básicas de saúde, nutrição, educação e comunicação junto a população;

b) formação cristã, humana e profissional de líderes comunitários;

c) geração de renda para a auto-sustentação das famílias e prevenção a marginalidade social;

d) promoção dos direitos da criança e do adolescente, em relação à família, à sociedade e aos organismos governamentais e não governamentais, mediante maior conscientização e participação das lideranças das comunidades mais necessitadas;

e) manutenção de um sistema de banco de dados sobre a situação da criança, da mulher e família;

f) promover, desenvolver, junto com as diversas organizações da comunidade atividades que visem a interesses comuns.

Sediada à Rua Pará, nº 1125 fundos no Centro na Cidade de Paranavai - Paraná, a AAPAC está devidamente cadastrada no CGC/MF sob o nº 01.388.753/0001-89 e foi declarada de Utilidade Pública Municipal pela Lei nº 1.960 de 11.12.96.

Sua Diretoria não é remunerada, sob qualquer título.

Vivendo de donativos e contribuições a AAPAC vem com grande empenho, trabalho e dedicação de seus membros realizando um grande e belo trabalho em favor da comunidade da Cidade de Paranavai.

Face a importância e relevância do trabalho desenvolvido por essa associação, é que buscamos a presente declaração de Utilidade Pública.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - Encerra a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Seria, neste instante, apenas para repassar, sucintamente, a nossa estada em Brasília, representando o Bloco Municipalista, numa reunião que tivemos, ontem, a partir das 18 horas, no Congresso Nacional.

Estivemos representando a Casa, Deputados Toti, Walmor Trentini, Emerson Nerone, e quero, de pronto, destacar a participação dos dois ilustres colegas, o Trentini e o Nerone, pela participação nos debates com a Bancada Federal e com a Deputada Federal, Doutora Yeda Crucios, Relatora da Mensagem do Presidente da República que trata do Fundo de Estabilização Fiscal.

Foi uma reunião muito importante com a participação dos presidentes das microrregiões do Paraná, onde os Prefeitos tiveram a oportunidade, de viva voz, de colocar as suas preocupações com relação à prorrogação do FEF. Também participou, ativamente, toda a Bancada Federal que representa o Estado do Paraná.

É importante, Senhor Presidente, que se registre nos Anais desta Casa, em nome do Bloco Municipalista, em nome dos Parlamentares que lá estiveram, que a bancada Federal, neste mandato, principalmente neste mandato, está tendo uma atuação digna dos nossos aplausos e do reconhecimento, por parte da Assembléia, por parte do Bloco Municipalista, nas causas que são de interesse do nosso Estado. Eu, já há muitos anos tenho estado em Brasília, pelo

fato de ter sido Prefeito de Irati, pelo fato de participar de muitas marchas a Brasília, defendendo sempre os interesses dos municípios do Estado do Paraná, e já também no exercício pleno do meu 2º mandato. Mas é neste mandato onde pudemos constatar, mais uma vez, a unidade de nossa Bancada. Com raríssimas exceções todos estão predispostos a votar contra a prorrogação do FEF.

Estiveram presentes também neste encontro o Secretário do Planejamento do Estado do Paraná, o ex-Prefeito de Curitiba, Rafael Greca de Macedo, esteve presente também o Reitor da Universidade Federal do Paraná, e o Procurador Geral da Justiça, Doutor Olympio de Sá Sotto Maior.

Numa reunião demorada, longa, onde a relatora da mensagem do governo, desta emenda à Constituição Federal, pode ouvir, através de todos nós, através também do Presidente da Associação dos Municípios do Estado do Paraná, o Prefeito José do Carmo, a nossa preocupação e as dificuldades que passam todos os municípios paranaenses.

Tenho em mãos e gostaria que, posteriormente, todos os Deputados pudessem ter acesso, vou passar a cada um, um estudo feito pelo Deputado Federal, Paulo Bernardes, que representa a Bancada do PT, onde ele fez uma projeção com relação aos prejuízos que o Paraná terá em 1997, e chega próximo a casa dos 100.000.000 de reais, com esta retirada do Fundo de Participação de 2,5% e de outros recursos que estão sendo retirados dos municípios brasileiros e do Estado do Paraná.

A região de Irati que é uma das menores regiões do Estado, que congrega pouco mais de 10 municípios, eles terão um prejuízo de mais de 2 milhões e duzentos mil reais caso venha ser prorrogado o fundo de estabilização fiscal. A exemplo da região de Irati, as demais regiões do Estado, também todas elas terão um prejuízo enorme.

Então, Senhor Presidente, foi um encontro extremamente importante para o Paraná, foi uma participação atuante dos Prefeitos, da Associação dos Municípios, dos Parlamentares que lá estiveram presentes, aonde a relatora, após ouvir as colocações, as sugestões, o contraditório de todos nós, ela anotou tudo o que foi discutido naquela reunião e ficou evidentemente para fazer uma avaliação posteriormente daquela reunião. Os demais municípios, os demais Estados da Federação também estão se mobilizando para que na época oportuna da votação da prorrogação do FEF, estejamos presentes lá e possamos sensibilizar também os demais Estados da Federação, não concordando com a prorrogação do FEF prevista a partir do início de junho.

Tive também o privilégio, Senhor Presidente, e gostaria de deixar registrado aqui, destacado, de ter uma audiência com Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, por mais de 30 minutos, acompanhado do Deputado Federal Paulo Roberto Cordeiro, aonde discutimos com o Presidente diversos assuntos sobre o Estado do Paraná. E dentre eles, não poderia deixar também de fazer as minhas colocações a respeito da mensagem do próprio Presidente que está alterando a Constituição através deste projeto que está lá que altera, que prorroga o fundo, ao qual evidentemente o Presidente nos contestou de pronto e de imediato. Mas mesmo assim tive a oportunidade junto com o Deputado Paulo Cordeiro, de colocar de viva voz, o quanto o Estado do Paraná vem contribuindo com a nossa Federação.

Ainda tive a oportunidade de lembrar que o Paraná vem perdendo há muito tempo - e a luta nossa, Deputado Orlando Pessuti, sempre foi um dos baluartes da isenção da cobrança, do ICMS da Usina de Itaipu que é vendido para o Estado de São Paulo principalmente. Colocamos também para todos que com a mudança na sistemática, a isenção da cobrança do ICMS dos produtos primários da nossa agricultura, o Paraná neste momento vem perdendo e muito. É claro que existe através da Lei Candir uma compensação que está no ar ainda, que de concreto ainda não aconteceu dentro do nosso Estado. Colocamos também que o Estado do Paraná só tem uma Universidade Federal paga pelo Governo Federal, ao passo que no Rio Grande do Sul todas elas são custeadas através do Governo Federal. As duplicações dos asfaltos nossos são feitas com recurso do nosso Estado. A ferrovia foi construída com recursos do Governo do Estado do Paraná. E o Paraná vem contribuindo sobre-

maneira com o Governo Federal, sem ter evidentemente o retorno necessário devido já há muito tempo.

Portanto, Senhor Presidente, a nossa estada em Brasília, juntamente com o Deputado Walmor Trentini e o Deputado Emerson Nerone que representamos orgulhosamente esta Casa, ao nosso ver foi altamente produtiva em Brasília, ficando é claro, para um próximo encontro com as Bancadas Federais dos demais Estados, bem como um grande movimento municipalista que haverá de acontecer possivelmente no início do mês de junho em Brasília, aonde estaremos com mais de 2 a 3 mil Prefeitos, para tentarmos fazer com que o Congresso Nacional não prorrogue o fundo de estabilização que está para acontecer dentro em breve.

O Sr. Walmor Trentini - Gostaria de cumprimentar Vossa Excelência pela forma...

Presidente, estou cedendo 1 minuto e meio do Horário da Liderança do PDT para fazer o aparte.

Deputado Toti, gostaria de cumprimentar Vossa Excelência pela forma incisiva como fez a defesa do Estado do Paraná e dos municípios do Estado do Paraná, junto a Deputada Yeda Crucios e a nossa Bancada Federal, junto aos Prefeitos, tive um prazer bastante grande de acompanhar Vossa Excelência, o seu desempenho no dia de ontem. Informar esta Casa que a Bancada Federal, junto com a Bancada dos Deputados Estaduais aqui do Paraná e dos Prefeitos, realizou essa audiência durante 4 horas, saímos às 22:00 horas da Câmara Federal, discutindo as questões dos municípios do Estado do Paraná.

Então cumprimento Vossa Excelência por ter feito de forma emocionada até a defesa dos municípios do Estado do Paraná, que perderão cento e um milhões de reais com o prosseguimento do Fundo de Estabilização Fiscal.

Acho que o Paraná deu um exemplo, como citou a própria Deputada Relatora desse projeto da sua união, da determinação dos Deputados Federais. Mas isso tudo deve-se também ao trabalho que Vossa Excelência realizou aqui no Paraná, aquela primeira reunião com os Prefeitos e Deputados Federais e isso está repercutindo em Brasília.

Acredito que uma forma alternativa, se não for possível estancar o prosseguimento do FEF, uma forma alternativa de compensar os municípios será viabilizada porque Brasília ficou convencida de que o prejuízo aos municípios está sendo muito grande e o Paraná dá um exemplo largando na frente, nessa discussão e nessa defesa dos nossos municípios.

Parabéns Deputado Toti Colaço!

O SR. TOTI COLAÇO - Muito obrigado! Quero agradecer o apoio do Presidente da Casa, Deputado Anibal Khury, que tem dado todo o apoio ao Bloco Municipalista, para que possamos realizar esse trabalho.

Apenas para deixar mais uma vez destacado que a própria Deputada Dr^a Yeda, ela de viva voz no final dos debates que foi noite adentro, ela destacou a unidade da Bancada do Paraná, dizendo que o Paraná dessa vez, neste mandato eles têm marcado presença muito importante nos debates, nos questionamentos, na defesa, principalmente dos interesses do Paraná e contribuindo para o desenvolvimento do nosso País através dos nossos representantes.

Era isso Senhor Presidente, agradeço a atenção de todos.

Muito Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Vanhoni) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Na semana passada vim a essa tribuna indignado com uma situação que afligia a todos nós, inclusive Deputado Nelson Tureck tinha participado de uma reunião em Campo Mourão, dos despejos que a Caixa Econômica Federal estava realizando em todo Paraná. Problemas gravíssimos, especialmente é claro na Região Norte do Estado, na Região de Maringá e de Londrina. Até porque foram naquelas regiões que se concentraram os esquemas de corrupção no Governo Collor de Mello.

Ontem, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a

Comissão Especial que foi constituída aqui por esta Casa por delegação de V. Ex^{as}, esteve reunida numa reunião com resultados extremamente proflucos, com a Superintendência de negócios da Caixa Econômica Federal aqui no Paraná. Estiveram presentes além é claro da minha pessoa, estiveram presentes o Deputado José Maria Ferreira, Deputado Joel Coimbra, Basílio Zanusso e estavam ainda nessa reunião com o Superintendente o Chefe da Procuradoria da República no Paraná o Dr. Mário Guize e também o Procurador dos Direitos de Defesa do Consumidor aqui do Estado do Paraná, que é o Dr. Arion Rolim.

Esta reunião foi uma reunião extremamente produtiva como disse, porque nós pudemos discutir de forma franca, aberta, os problemas que estão ocorrendo em todo o Paraná. Especialmente, na questão dos despejos que são em grande número, até porque, a Caixa Econômica tem 51% dos seus mutuários do Paraná, em inadimplência, ou seja, são todos 51% dos mais de 130 mil mutuários estão inadimplentes, não pagam suas prestações. E porque é que não pagam as suas prestações? Claro, por diversas razões, mas especialmente, pelo preço super faturado dos imóveis que foram construídos, especialmente, aqueles imóveis, não é Deputado Joel Coimbra, que foram realizados no Governo Collor, que Vossa Excelência na época, inclusive, como Promotor de Justiça da Cidade de Maringá fez um trabalho extraordinário, o que é reconhecido por todos, porque defendeu os interesses daquelas famílias mais humildes. E ontem, Senhor Presidente os Parlamentares que compunham esta Comissão de forma muito interessante e argumentando com grande conhecimento de causa, o Deputado Joel Coimbra, o Deputado José Maria Ferreira, o Deputado Basílio Zanusso que não estavam presentes mas fazem parte da Comissão, foi citado, inclusive, o trabalho do Deputado Péricles Mello. Mas nós conseguimos um grande avanço ontem, na verdade um pequeno passo, mas um passo extremamente importante porque nós arrancamos o compromisso do Superintendente, Deputado Alborghetti de suspender, dar uma trégua, por um período de 30 a 40 dias em qualquer despejo que a Caixa Econômica Federal possa realizar no Paraná. Esta é uma ordem que está saindo hoje, da Superintendência da Caixa Econômica Federal, é seguramente na verdade, uma grande vitória que nós tivemos. E olha, quero ressaltar aqui o seguinte, se não fossemos nós termos criado esta Comissão Especial aqui na Assembléia Legislativa que tem muito peso político do ponto de vista, da representação da nossa Casa de Leis, estes mutuários estariam passando por situações aflitivas, como matérias que a gente vê ainda hoje, no Jornal Folha de Londrina, aonde uma diarista foi despejada de uma casa popular da Caixa Econômica Federal no Município de Umuarama no dia de ontem. São situações iguais a esta que Oficiais de Justiça, acompanhados de Agentes Federais que vão...

Deputado Pessuti, Vossa Excelência me permite usar o Horário da Liderança do PMDB?

(Assentimento)

E este momento que nós vivenciamos ontem, tem um desdobramento aí. Além da questão dos despejos, especificamente, que estão com esta trégua de 40 dias, que não serão mais realizados pela Caixa Econômica Federal, é a suspensão desse despejo, Deputado Horácio Rodrigues, nós também conseguimos ontem, abrir um processo Deputado Péricles, de renegociação com todos os mutuários que estão em situação de inadimplência. Especialmente, dos conjuntos habitacionais que têm uma grande parcela dos mutuários inadimplentes. O caso específico, para lhe situar, inclusive, de Ponta Grossa do conjunto Santa Bárbara, que Vossa Excelência conhece bem, não é. E lá inclusive, está aberto um processo de negociação com aqueles mutuários. É na verdade Vossa Excelência e cada um dos Senhores Deputados, aqui eu queria chamar a atenção dos Senhores Deputados, na seguinte questão. Na Caixa Econômica ontem, nós acertamos o seguinte: Vossas Excelências certamente, estão sendo cobrados, questionados, pelos moradores de conjuntos que estão na iminência de serem despejados e estão inadimplentes. O que a Caixa quer fazer? A Caixa quer priorizar inclusive a partir daqueles conjuntos aonde já há uma representação organizada, e inegavelmente, quando um parlamentar solicitar a presença de uma Comissão de Negociação da Caixa Econômica Federal, para se rediscutir o va-

lor do imóvel, se discutir o valor da dívida, ver a origem e se a origem é o superfaturamento que aconteceu no Paraná. Não são só os imóveis que foram financiados pelo FGTS, mas imóveis financiados pelo Sistema Brasileiro de Poupança, da Caderneta de Poupança. Também a esses imóveis, dos mutuários de baixa renda, é que está aberta uma ampla renegociação dos seus contratos e reavaliação dos casos...

O SR. NELSON TURECK - V. Ex^a me permite um aparte?
(Assentimento)

Quero parabenizar a V. Ex^a pelo seu discurso, sabendo que já foi Secretário da Habitação. Conhece essa área e que tem defendido os nossos trabalhadores e sou testemunha e participamos de reuniões em Campo Mourão, onde participamos de reuniões com os mutuários e o mais grave de tudo é a gente fica muito triste, de ver casas de 27 m², que foram construídas e que a prestação é de 90 ou 100 reais a prestação e as suas casas estão apodrecendo, material de quinta categoria foram usados nessas casas. Depois vemos casas que foram feitas, onde a prestação é de doze reais e as casas estão inteiras lá. Aí, vemos as casas do Jaime Lerner, casas de boa construção, que têm valor maior de trinta e poucos reais, conforme o tamanho e com material de primeira qualidade. Aí vemos essas casas da Caixa Econômica! Então, não dá para aceitar, viu, Romanelli. Por isso quero dar a minha solidariedade ao seu pronunciamento, e aproveitando este momento, dizer que aquelas empreiteiras que estão ganhando concorrência do "Paraná Urbano" subempregando as obras e não estão fazendo também. É brincadeira. Ganham a concorrência, estão acostumados àquela roubalheira de 10, 15 anos atrás, e hoje estão com obras paradas nos municípios, subempregando para pessoas que não têm condições de fazer e ganhando dinheiro em cima de quem está trabalhando. Não aceitamos isso. Vamos fazer uma denúncia, daqui a poucos dias, dessas empreiteiras que estão ganhando a concorrência e não estão fazendo aquilo que é preciso fazer e com isso, sofrendo o nosso interior do Estado do Paraná. Quero me parabenizar com o discurso de defender o nosso trabalhador.

O SR. LUIZ C. ROMANELLI - Obrigado ao Deputado Tureck. Quero dizer que outro dia, um desses empreiteiros que o Sr. fala, eu estava na Presidência com um grupo de Parlamentares conversando, quando, para minha surpresa, entrou um cidadão que para mim, tinha que estar preso. Um tal de Maurílio Correa Pinho que era Presidente da Cooperativa de Maringá. O cidadão engravatadinho entrou por ali e tal, não conseguiu cumprimentar ninguém, mas estava acompanhando um prefeito de uma cidade importante. Não vou agora dizer quem era o prefeito, mas estava acompanhando o prefeito de uma cidade importante do nosso Estado, um sujeito que tinha que estar na cadeia e não solto por aí, andando de automóvel importado.

Concedo aparte ao Deputado Alborghetti.

O SR. LUIZ C. ALBORGHETTI - Na época que V. Ex^a foi Secretário da Habitação, quanto custava para um trabalhador, uma casa que V. Exa. construiu. Quanto saiu uma casa daquelas, para o Governo?

O SR. LUIZ C. ROMANELLI - O custo médio era de 2.600 dólares. Vamos falar em dólares. O preço do metro.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Quantos metros?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Primeiro foi de 44, depois de 48 e depois, de 52 metros quadrados.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Uma casa de 18 metros, por exemplo.

Tem por aí, casas pré fabricadas, Kits de 18 metros. Eu prefiro morar numa casa de 18 metros do que morar debaixo de uma ponte. Existe. O custo é que eu quero saber. Por exemplo, Deputado Romanelli, por favor me oriente. Isso serve também para o meu programa jornalístico. Quanto sai uma casa de 2.500 dólares. Ou melhor, quantos metros tem essa, de dois mil e poucos dólares?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - 48 e 52 metros quadrados.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Quer dizer então que uma casa...

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Custava mais ou menos entre 45 e 50 dólares o metro quadrado, ao contrário das casas de 27 metros que custava na faixa de 200 a 220 dólares o metro quadrado.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Quantos metros?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Nas casa de 20, 23 metros.

Eu trouxe o dossiê que na época o senhor recebeu inclusive e que tem as fotos e os relatórios de superfaturamento que denunciarmos para o Presidente da República, na CPI do PC que era a intermediação...

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Agora eu perguntaria: com esse rombo dos títulos precatórios daria para se construir quantas casas no meu Estado e em alguns Estados brasileiros?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Se for ver a emissão de todos os títulos, que seria de 3 bilhões de reais, a grosso modo, poderíamos dizer que poderíamos construir pelo menos, cem mil casas em todo o país.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Que barbaridade!

Queria dizer a V. Ex^a, que ontem eu doeí uma casa. Não posso dizer, Deputado Péricles, Deputado Toti, que seja uma casa. No mês passado, doeí dois Kits com o meu dinheiro. Não tenho que dar satisfação a ninguém, o dinheiro é meu. Recebo da Assembléia. A Assembléia me paga e o que é meu, é de direito, eu declaro no Imposto de Renda. Doeí duas casas. Ontem doeí uma e digo para quem, para a esposa do falecido jornalista Ângelo Gagnoto que trabalhou durante 25 anos na Folha de Londrina. Ela precisava, estava pagando aluguel, está na fila da COHAB. Tem um terreninho e fui ver o terreno e ela falou: "Deputado, dá para o senhor me arrumar uma casinha?" Falei que uma casa de 2.000 dólares não tenho condições, mas uma casa de 700, 800 reais, tenho condições. Então fui ver um Kit completo de 20 metros, completo, praticamente dá pra fazer uma cozinha, uma sala e um quartinho. Consegui por 600 reais e fazia tempo que eu não chorava, sabe? Precisa ver a emoção que senti na hora em que o caminhão descarregou o Kit, de ver a mulher, os filhos, chorando ao ver a madeira, o tijolo, o cimento e agora vai faltar o vidro que não consegui.

Então têm coisas que não entendo. Tenho as minhas divergências com o Senador Roberto Requião, mas tenho que respeitá-lo como homem, como senador, como pai de família. Ontem fiquei vendo um debate como este, na tribuna, e ontem soube que não vão mais ser ouvidos os prefeitos que estão envolvidos. Governadores, Senadores que estão envolvidos no escândalo dos precatórios. É lamentável. Senhor Presidente, é lamentável. Não entendo que País é este! Confesso ao Sr. que não entendo. Vi quando o Sr. entrou no Plenário, preocupado com tudo isso, preocupado em gerar casas para as famílias do meu Estado poderem ter dignidade de ter onde morar, e vejo bilhões e bilhões de dólares roubados neste País e lamentavelmente ninguém vai pagar numa penitenciária.

Deputado Romanelli, conte com meu apoio, coloco o meu coração e a minha televisão aberta a V. Ex^a, para que nós possamos debater isso ao vivo para o Paraná, porque o povo está precisando de casa para morar.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Sr. Presidente, queria conceder o aparte ao Deputado Valdir Rossoni, que me solicitou.

O Sr. Valdir Rossoni - Deputado Romanelli, quase perdi o embalo aqui no meu aparte, mas gostaria de cumprimentá-lo pelo pronunciamento, e dizer também da minha preocupação quanto algumas empresas que se esp-

cializaram em participar de concorrências públicas, acredito que seja para vender influência. Eles participaram da concorrência ou chantagiam as empresas que vão participar das concorrências. E isto está causando enormes dificuldades ao poder público, principalmente as Prefeituras Municipais.

Tenho casos de Prefeituras, de que empresas entram na concorrência, ganharam a concorrência e nunca mais compareceram. Por que que não compareceram? Porque elas queriam fazer negociações à parte com as empresas que participaram da concorrência, para que elas se retirassem do processo.

Então, a lei que hoje nós temos de concorrência pública, acredito que tenha quer ser aperfeiçoada ou mudada de uma forma que isso não venha acontecer. Não sei nem se cabe, mas acredito que nós deveríamos e deveria ser estudado pelo Congresso Nacional uma forma de que a empresa que ganhasse a concorrência pública não pudesse passar a terceiros. Porque, ora, se ela não tem condições de executar a obra, por que ela participa da concorrência? E aí transfere isso para terceiros, vai uma empresa de pequeno porte ou sem condições nenhuma de executar a obra, e quem acaba perdendo é o poder público, nós temos essa preocupação.

E a outra questão, Deputado Romanelli, e me coloco a disposição de V.Ex.^a, é na questão quando V.Ex.^a diz que um empreiteiro estava aí com um Prefeito, e nós temos essa preocupação, porque têm muitas empresas querendo intermediar, prefeito com governo, e o governo não quer que isso aconteça. Nós temos alertado pelos meios de comunicação, pelos meios de imprensa para que os prefeitos se atentem a isso, que eles não precisam de intermediários para levar os seus pedidos, os seus projetos ao Governo do Estado. Esta é uma preocupação do Governo do Estado e gostaria que V.Ex.^a colaborasse conosco, no sentido que V. Exa. tenha conhecimento de empresas ou de pessoas que queiram fazer essa intermediação, nós estamos ao seu inteiro dispor, para corrigir e tomar as medidas cabíveis e possíveis para o caso, obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Quero agradecer o aparte do Deputado Alborghetti que muito contribuiu, do Deputado Valdir Rossoni, e Deputado quero lhe dizer o seguinte: é possível que esta Casa inclusive, através de um projeto de lei possa fazer uma legislação complementar, subsidiária à Lei Federal que rege as licitações públicas. É possível um regulamento para o Estado que possa inclusive, para em recursos do Estado, de obras que o Estado realiza diretamente ou transfira para as Prefeituras regulamentar essa questão de subempreiteiras que contratam obras em jogos de cartas marcadas, que V.Ex.^a, com muita propriedade descreveu, e acho que é possível sim, trabalharmos num projeto de lei para regulamentar esta matéria.

O Sr. Valdir Rossoni - Por isso que não quis afirmar porque eu não tenho aqui no momento o conhecimento da constitucionalidade da questão, mas se realmente couber uma medida e uma atitude desta Casa, não tenho dúvida que nós deveríamos de imediatamente nos reunir e achar um meio para coibir esse tipo de procedimento.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Muito obrigado!

Só para concluir, Sr. Presidente, queria agradecer a sua tolerância de conceder um aparte ao meu companheiro do PMDB, o Deputado Toti Colaço.

O Sr. Toti Colaço - Deputado Luiz Claudio Romanelli, primeiramente quero me somar a V.Ex.^a, pelo assunto que tem abordado nestas últimas semanas com relação as moradias do Estado do Paraná.

Parece-me que em determinados momentos as coisas param, as coisas boas vêm acontecendo, vinham acontecendo, acabaram sofrendo algumas mudanças de rumo. Falo isso com a maior tranquilidade, porque na verdade nós lá em Irati, na época em que fui Prefeito, construímos centenas de casas lá, tudo em forma de mutirão. Depois veio a casa da família e agora temos as Vilas Rurais.

Não há necessidade, Deputado Luiz Claudio Romanelli, V.Ex.^a, conhece isso a fundo, de se contratar uma empreiteira para se construir uma casa de 40 ou 44 metros quadra-

dos. Quando começou esta maracutaia via Caixa Econômica, via empreiteira, no começo falavam em cooperativa e assim por diante, nós vimos claramente que ali estavam todos sem medo de errar, estava ali começando-se uma grande roubo dentro do nosso País, isto dentro do nosso Estado que estamos vendo hoje. Já imaginemos o que aconteceu em termos de Brasil com relação a estas casas?

O quanto foi desviado?

O quanto foi roubado?

O quanto foi tirado do dinheiro do povo e colocado nas mãos das empreiteiras?

A Casa da Família que vinha sendo construída, esses programas que vinham dando certo, deveriam que ter continuidade em qualquer Estado, falo aqui no Estado do Paraná porque é o nosso Estado, amanhã ou depois muda-se o governo, se continuar tudo bem, mas se mudar as coisas boas que o governo atual está fazendo, o outro governo que continue aqueles programas, que dê continuidade para frente, conforme fôra construído no governo anterior, milhares de moradias feitas em forma de mutirão que é a Casa da Família, exemplo para o resto do País, inclusive estão aí os custos baixíssimos, era um programa que deu certo. E que ficaram milhares de paranaenses na expectativa, na fila, para receber a sua casa, e não estão conseguindo receber hoje. É o caso que aconteceu com o Deputado Luiz Carlos Alborghetti que está patrocinando uma casa aí de 18 ou 20 metros quadrados, que graças a Deus ainda ele está aí para poder contribuir.

Mas, não é somente uma ou duas casas que vão resolver o problema das famílias mais empobrecidas, dos excluídos da nossa sociedade, se não houver uma reativação o mais rápido possível, com o apoio do Governo Federal, com o apoio do Governo do Estado, com o apoio sim das Prefeituras, mas com a participação da comunidade, com a participação, principalmente daquele que vai receber a sua casa no final de alguns meses. Não existe Deputado Luiz Carlos Alborghetti, felicidade maior no mundo, não existe bem maior em cima da face da terra, alegria mais profunda, do que quando um pai recebe a chave ou ajuda a construir a sua casa própria. Não existe alegria maior! E muitas vezes são construídas para pessoas idosas, pessoas que já produziram tudo na vida, que já estão doentes e cansadas, Deputado Luiz Claudio Romanelli sabe disso, e que não têm financiamento, que não têm um salário digno e que muitas vezes estão desempregados, e que estão por aí à mercê do tempo, embaixo de uma lona ou embaixo de algumas tábuas quaisquer.

Então, apenas quero cumprimentar V.Exa. pelo assunto que está trazendo, quero me somar a V.Exa. quero, inclusive, fazer aqui ao Deputado Valdir Rossoni, Líder do Governo que possa rever o governo, ainda é tempo de rever aquele programa que vinha sendo feito até há bem pouco tempo atrás, que deu certo, que pudesse ser reativado para alegria não nossa aqui, mas a alegria de milhares de irmãos nossos que estão esparramados por aí e que não têm a expectativa e a esperança de ter a sua casa própria.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Se V.Exa. puder, Sr. Presidente, com antecedência me conceder um aparte ao Deputado Ademar Traiano? Eu concederia com prazer!

O Sr. Ademar Traiano - Deputado Luiz Claudio Romanelli, V.Exa. coloca com muita propriedade esta questão e estou acompanhando, e tive a oportunidade de vivenciar, sentir na carne quando o Diretor Administrativo e Financeiro da FERROESTE, este problema realmente crucial das licitações, implantou-se através da Lei nº 866, uma indústria de empresas sem a menor possibilidade de participarem de processos licitatórios, participando do processo de uma forma muitas vezes até não irregular, mas não condizente com a legislação atual, jogando os preços por baixo, numa participação, na verdade muito duvidosa e propiciando com isso, muitas vezes, ganhando as licitações, já com o intuito de valer-se da legislação, tentando conquistar os 25% que a lei permite lhe facultar, mais tarde como um termo aditivo da licitação, que a empresa acabou sendo vencedora. Portanto, acho que a sua colocação é propícia neste momento e entendo que o Poder Legislativo Estadual, através de uma Moção, deveria encaminhar um Expediente ao

Congresso Nacional, para que possamos alterar a Lei nº 866, para dar até maior tranquilidade aos Prefeitos municipais, aos governadores, enfim, aos diretores de Órgãos Públicos, de Empresas de Economia Mista para que possam ter maior tranquilidade, com relação a este procedimento, porque infelizmente neste momento, é a Lei nº 866 que propicia a oportunidade para que as empresas participem dos processos licitatórios, sem terem as menores condições, basta apenas hoje, que se intitule a empresa como uma empresa legal, documentalmente ela não necessita ter praticamente nada, principalmente no setor da construção civil, não há necessidade da empresa apresentar um relatório, um inventário dos seus bens, basta que ela esteja, documentalmente habilitada juridicamente, na Associação Comercial, para que possa participar do processo licitatório, então, o que ocorre é verdadeiramente isso, a empresa ganha a concorrência, não tem a menor condição de executar o trabalho e já parte imediatamente para tentar valer-se da legislação, para conquistar os 25% que lhe é facultado nos contratos aditivos. Foi válida a sua colocação e acredito que todos nós temos que nos empenhar neste momento, para fazermos uma Moção, no sentido de que a legislação seja alterada a nível de Congresso Nacional.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Muito obrigado Deputado Traiano e para concluir, que apenas deixar aqui registrada a minha satisfação como Parlamentar, mas também como homem, como cidadão pela forma como cada um dos membros componentes da nossa Comissão Especial vem trabalhando. O Deputado Joel Coimbra que tem com muita articulação, mobilizado a esfera da Justiça, do Ministério Público Estadual e Federal, ágil, rápido, conversou com a Justiça Federal, o Deputado José Maria Ferreira, o Deputado Basílio Zanusso, o Deputado Péricles Mello e quero crer o seguinte, a nossa Comissão foi formada com prazo de 120 dias e esta Comissão está aqui para trabalhar com todos os Senhores Parlamentares, no sentido de encontrarmos solução para todos problemas que têm que ser resolvidos, para que se garanta o sagrado direito da moradia a estes cidadãos e cidadãs.

Muito obrigado Senhor Presidente pela tolerância de V. Exa., e fico muito feliz aqui de ter podido me pronunciar nesta tarde.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem) - Sr. Presidente Deputado Ângelo Vanhoni, quero registrar com muita satisfação, a presença do meu amigo Prefeito Delmo Raul Passoni liderando aqui uma caravana de companheiros de Nova Aurora, nosso Vereador Claudio Xavier, o Zé do Sindicato e o nosso Vereador Antônio Alegre, que com satisfação hoje participam da Sessão desta Assembléia.

O SR. EDGAR BUENO (Pela Ordem) - Também me somo ao Deputado Nereu Moura quero saudar as lideranças de Nova Aurora que nos honram com a sua presença e também o prefeito Lourival Bernardino e os dois Vereadores José Maria e Sidney, todos do Oeste do Paraná e para nós da Assembléia Legislativa é uma honra receber todos os companheiros, amigos e correligionários daquela região.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ângelo Vanhoni) - Esta Presidência congratula com os Deputados que noticiaram a presença dos Prefeitos e Vereadores. Sejam bem-vindos a esta Casa e notícia a presença também do Vereador Ademar Grelha, Prefeito Municipal, que se faz presente em visita ao Poder Legislativo do Estado do Paraná.

Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente nem no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças: PMDB, PSDB, PFL, PT, PL, PTB. (Declinam).

PPB com a palavra, Deputado João Techy.

O SR. JOÃO TECHY FILHO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria nesta oportunidade, fazer um requerimento ou sugerir à Mesa que requeira a presença do ex-Diretor do Hospital de Clínicas, Mário Sérgio, por acharmos que tivemos já a presença do Reitor aqui neste Plenário e o ex-Diretor até esteve presente na Sessão dos Vereadores ontem e também esteve lá o Reitor da Universidade, aonde

os Vereadores puderam então ter uma idéia das duas partes, com relação ao Hospital de Clínicas. Tivemos a presença do Reitor, aonde ele justificou o afastamento da diretoria, inclusive com até algumas pequenas acusações de irregularidades, irregularidades graves e que a gente também noticiando, vendo notícias dos jornais, aonde os residentes reclamam da falta de medicamento e por outro lado, o novo diretor dizendo que está suprido a medicação para os doentes. Conversando com os meus colegas médicos, a respeito da situação atual, eles acham que a condição continua igual. Houve um melhoramento, porque 25% do mês de maio do complemento de pagamento do SUS serviu para se comprar alguns medicamentos e fazer com que tivesse uma melhora no atendimento. Mas o ex-diretor, Mário Sérgio, até para fazer uma desativação em alguns serviços e alguns tipos de cirurgia de mais valor, de mais gasto, ele sempre consultou o Conselho Regional de Medicina, aonde eles também acharam conveniente, que alguma coisa deixasse de ser feita por não ter, não oferecer os cuidados todos os pacientes. Então ele simplesmente estava desativando não setores, mas cirurgias, alguns procedimentos e nestes procedimentos então houve até a concordância do Conselho, do CRM, de que deveria mesmo na situação atual não atender todos os casos e sim apenas aqueles que o custo não seria demais. Tivemos também do Sr. Reitor a questão do superfaturamento e acredito que o ex-Diretor deverá aqui esclarecer este fato. Tenho sempre participado dos amigos do HC e só para ter uma idéia, em 96, esses amigos através de uma elite, empresários, médicos representantes do Corpo Consular de vários países e conseguiram arrecadar só em 96, um milhão e seiscentos mil, que foram investidos nos serviços do Hospital de Clínicas e esses serviços melhoraram, porque adquiriram equipamentos de melhor qualidade e o ex-Diretor Mário Sérgio vai continuar participando, como eu também, alguns Vereadores, Deputados dos amigos do HC, até porque, é um trabalho voluntário, aonde se consegue mais recursos para aquela casa de assistência médica. Portanto, acho por bem convocarmos aqui o ex-Diretor até para esclarecimento, até porque as notícias dos jornais não se encontram nessas questões, e ele deverá nos esclarecer realmente, em termos aquela defesa dele, como ele deve se pronunciar aqui para os Nobres Deputados. Era isso Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ângelo Vanhoni) - Esta Presidência solicita ao Nobre orador, Deputado João Techy, que formalize por escrito amanhã a solicitação de convite, por parte da Presidência desta Casa ao ex-Diretor Mário Sérgio, para que possa prestar alguns esclarecimentos, porque a Assembléia Legislativa não tem o Poder de convocar nem o Reitor, e nem o ex-Diretor do Hospital de Clínicas por se tratarem de uma instituição Federal, e para seguir a mesma linha de raciocínio quando da vinda do Reitor, o Sr. João Henrique de Faria, foi feito um convite expedido pela Presidência desta Casa. Então, desta forma, solicito que o senhor ou ainda hoje, formalize por escrito este convite. Com a questão de ordem o Nobre Deputado Ricardo Chab.

O SR. RICARDO CHAB (Pela Ordem) - Sr. Presidente, até para orientar a Mesa, há quinze dias atrás, foi apresentado um Requerimento, convidando o Presidente, na época Diretor do Hospital de Clínicas. Não sei se está valendo ou não, só para orientar a Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Ângelo Vanhoni) - Muito obrigado, mas de qualquer forma acho que o entendimento que esta Mesa colocou ao Deputado João Techy, que é médico e faz parte da Associação dos Amigos e se preocupa com as questões que foram levantadas, essa Mesa entende que poderá formular o convite, para que o ex-Superintendente do Hospital das Clínicas na semana que vem, num dia a ser acordado, possa comparecer, para trazer os esclarecimentos necessários. Gostaria de conceder a palavra ao Deputado Sérgio Spada no horário da Liderança do PSDB.

O SR. SÉRGIO SPADA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, juntamente com o Deputado Irineu Colombo, participei ontem, de uma reunião que se realizou na Cidade de

Medianeira, promovida pela Associação Comunitária, que luta pela reabertura do caminho do colono, antiga estrada do colono, e teve oportunidade de levar a solidariedade ao movimento em nome do Presidente desta Casa, Deputado Anibal Khury, em nome de todos os Deputados do oeste e sudoeste do Paraná àquele movimento, Deputado Sâmis da Silva, Deputado Zuk, Deputado Nereu, Deputado Élio Rusch, Deputado Traiano, Deputado Cafo Quintana, enfim, fiz questão de enumerar o nome de todos os Deputados do oeste e sudoeste, porque naturalmente são solidários com o movimento que hoje está se desenvolvendo naquela região, e o que tem de novo e interessante, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é que até com o passar do tempo, houve uma evolução muito grande na forma de se pensar, a abertura do caminho do colono, inclusive a própria denominação já mudou, e a forma de se preservar o Parque Nacional do Iguaçu. Foi um encontro altamente produtivo, com a participação de representantes do IBAMA, com a participação de representantes do Movimento de Defesa do Meio Ambiente, inclusive, a explanação de um projeto completo para a reabertura do caminho do Colono, preservando o traçado original, impondo uma série de limitações em termos de horário, e tamanho de veículos, para passarem por aquela estrada, sempre levando em conta a necessidade da preservação do meio ambiente, mantendo a flora e a fauna, que é muito rica naquele Parque Nacional do Iguaçu.

Esse projeto completo, que foi apresentado, logicamente, apoiado por todo o movimento, é de autoria do Engenheiro Florestal Arnaldo Carlos Muller, que tem uma grande folha de serviços prestada às questões ambientais no Estado do Paraná, tanto na condição de Superintendente do IBDF, aqui no Estado do Paraná, tanto na condição de Superintendente da ITAIPU Binacional para questões de meio ambiente, implantando lá uma série de projetos importantes. O fato é que, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a IPOPEC, juntamente com todas as lideranças da região, está programando para o dia 13.05 uma manifestação pacífica, ordeira, nos dois lados do Parque Nacional do Iguaçu, em Serranópolis do Iguaçu, e no Município de Capanema, com o intuito de chamar a atenção das autoridades, do judiciário, do executivo, do legislativo, do movimento ambientalista, de um modo geral, para a necessidade da reabertura daquele caminho, e da necessidade de uma aproximação, de uma integração perfeita entre as comunidades da região e o Parque Nacional do Iguaçu, que aliás, é protegido como é, exatamente, porque ao longo do tempo, a população que circunda naquele parque, tem ali as suas atividades econômicas e ali moram, souberam preservar o Parque Nacional do Iguaçu. Hoje, o Parque Nacional do Iguaçu é um dos parques mais bem preservados do Brasil, mas tem condições, mesmo preservando o meio ambiente, não ser prejudicial àquela população.

Por isso, Sr. Presidente, faço questão de registrar aqui, e logicamente, fazer um apelo, para que esse apoio, que é hoje expresso de todos os Deputados da região Oeste e Sudoeste do Estado do Paraná, também tenha a simpatia desta Casa e de todos os Deputados do Estado do Paraná, porque esta não é uma questão local, é uma questão de interesse do Estado do Paraná, da região Sul do Brasil, e porque não, até de interesse nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ângelo Vanhonil) - Liderança do Governo.
Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Cezar Silvestri e Ademar Traiano, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Beto Richa, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Horácio Rodrigues, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 367/95 de autoria do Deputado Valdir Rossoni que declara de Utilidade Pública a Fundação Médico Assistencial dos Trabalhadores Rurais de Capitão Leônidas Marques, com sede e foro no Município de Capitão Leônidas Marques. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 565/95 de autoria do Deputado Élio Lino Rusch que declara de Utilidade Pública a Pastoral da Criança, com sede e foro no Município de São Miguel do Iguaçu, e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 424/96 de autoria do Deputado Algaci Túlio que declara de Utilidade Pública, a Associação de Amigos do Bairro da Lavrinha, com sede e foro no Município de Pinhalão. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 552/96 de autoria do Deputado Algaci Túlio que declara de Utilidade Pública a Associação Brasileira de Odontologia - Seção do Paraná, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 087/97 de autoria do Deputado Anibal Khury que declara de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento da Indústria Informal de Londrina - ADIIL, com sede e foro no Município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 154/97 de autoria do Deputado Anibal Khury que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Senhor João Elísio Ferraz de Campos. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 228/96 de autoria do Deputado Orlando Pessuti que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Doutor Camargo - PR - APAE. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 73/96, de 29.05.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 228/96

PARECER:

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do Ilustre Deputado Orlando Pessuti, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Dr. Camargo - PR - APAE.

Procedida a análise legal, constitucional e regimental, a matéria encontra-se em condições de prosseguir sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Neste sentido, manifestamos nosso parecer Favorável opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 08.04.97.

(a) JOEL COIMBRA - Presidente e Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 339/96 de autoria do Deputado Edgar Bueno que declara de Utilidade Pública a APARC - Associação de Pais e Amigos do Recanto da Criança. Com sede e foro no Município de Cascavel, Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 115 de 06.08.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 339/96

PARECER:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Edgar Bueno visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Recanto da Criança.

Analisando o projeto sob o aspecto legal, constitucional e regimental, nada encontramos que impeça sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 08.04.97.

(a) JOEL COIMBRA - Presidente e Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 348/96 de autoria do Deputado Nelson Garcia que declara de Utilidade Pública a Suprema Ordem de Umbanda e Candomblé do Brasil, com sede e foro em Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 115, de 06.08.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 348/96

PARECER:

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do Ilustre Deputado Nelson Garcia, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública, a Suprema Ordem de Umbanda e Candomblé do Brasil, com sede em Curitiba.

Procedida a análise legal, constitucional e regimental, a matéria encontra-se em condições de prosseguir sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Neste sentido, manifestamos nosso parecer Favorável opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.04.97.

(a) JOEL COIMBRA - Presidente e Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 407/96 de autoria do Deputado Luiz Accorsi que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária do Conjunto Ilha Bela, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 133, de 02.09.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 407/96

PARECER:

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do Ilustre Deputado Luis Accorsi, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação Comunitária do Conjunto Ilha Bela, com sede e foro nesta Capital.

Procedida a análise legal, constitucional e regimental, a matéria encontra-se em condições de prosseguir sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Neste sentido, manifestamos nosso parecer Favorável opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.04.97.

(a) JOEL COIMBRA - Presidente e Relator

O SR. PRESIDENTE (Ângelo Vanhoni) - Antes de passar aos requerimentos a Mesa passa a esclarecer uma Questão de Ordem levantada pelo Deputado Ricardo Chab, quanto ao requerimento enviado e aprovado por esta Casa de Leis ao ex-Diretor Superintendente do Hospital das Clínicas da Cidade de Curitiba, do Estado do Paraná. Na época o Dr. Mário Sérgio Serchi era o Superintendente, era o Diretor Geral do Hospital de Clínicas, hoje não o é mais, ele não tem mais nenhuma atribuição do ponto de vista da diretoria do Hospital das Clínicas. Nesse sentido acho que a aprovação pelo Plenário do convite feito pelo Deputado João Techê referendado pela Mesa Executiva e pelos Depu-

tados permite que o ex-Diretor possa ocupar a Tribuna para prestar esclarecimentos, desde que os Deputados aceitem.

Então solicito ao Deputado João Techê que formalize, por escrito, o requerimento convidando o ex-Diretor do Hospital das Clínicas a comparecer a esta Casa.

Deputado Chab, acho que a sua questão de Ordem está esclarecida.

O SR. RICARDO CHAB (Pela Ordem) - Sr. Presidente, só mais uma colocação o requerimento foi assinado por mim e pelo Deputado Rosinha. Só por uma questão de justiça.

O SR. PRESIDENTE (Ângelo Vanhoni) - Sobre a mesa, requerimentos nºs 735 e 736, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 737, de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 738, de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 739 e 740, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constantes do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 741 e 742, de autoria do Sr. Deputado Joel Coimbra, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 743, de autoria do Sr. Deputado Pêricles Mello, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 748, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 749, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após ao término da presente sessão, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 003 e 006/97.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 575/96, 014, 017 e 139/97.

Marca ainda uma Sessão Ordinária para quinta-feira, dia 17 às dez horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 575, 228, 339, 348 e 407/96, 014, 017 e 139/97.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 037/97.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
13ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de abril de um mil novecentos e noventa e sete, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Joel Coimbra e com a presença dos seguintes Deputados: José Tavares, Geraldo Cartário, Toti Colaço, Duffio Genari, Eduardo Trevisan, José Maria Ferreira, Carlos Simões, Walmor Trentini, Élio Rusch, Basílio Zanusso, Florivaldo Fier, Edgar Bueno e Caio Quintana. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião. Passa-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 367/95 de autoria do Deputado Valdir Rossoni. Parecer Favorável do Deputado Joel Coimbra - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 565/95 de autoria do Deputado Élio Lino Rusch. Parecer Favorável do Deputado Joel Coimbra - APROVADO; 03)

Projeto de Lei nº 228/96 de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Parecer Favorável do Deputado Joel Coimbra - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 339/96 de autoria do Deputado Edgar Bueno. Parecer Favorável do Deputado Joel Coimbra - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 348/96 de autoria do Deputado Nelson Garcia. Parecer Favorável do Deputado Joel Coimbra - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 407/96 de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer Favorável do Deputado Joel Coimbra - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 424/96 de autoria do Deputado Algaci Túlio. Parecer Favorável do Deputado Joel Coimbra - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 499/96 de autoria do Deputado José Maria Ferreira. Parecer Favorável do Deputado Joel Coimbra - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 552/96 de autoria do Deputado Algaci Túlio. Parecer Favorável do Deputado Joel Coimbra - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 555/96 de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli. Parecer Favorável do Deputado Joel Coimbra - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 561/96 de autoria do Deputado Neivo Beraldin. Parecer Favorável do Deputado Joel Coimbra - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 571/96 de autoria do Deputado José Maria Ferreira. Parecer Favorável do Deputado Joel Coimbra - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 002/97 de autoria do Deputado Walmor Trentini. Parecer Favorável do Deputado Joel Coimbra - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 003/97 de autoria do Deputado Walmor Trentini. Parecer Favorável do Deputado Joel Coimbra - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 006/97 de autoria do Deputado Hidekazu Takayama. Parecer Favorável do Deputado Joel Coimbra - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 027/97 de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer Favorável do Deputado Joel Coimbra - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 028/97 de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer Favorável do Deputado Joel Coimbra - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 029/97 de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer Favorável do Deputado Joel Coimbra - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 031/97 de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer Favorável do Deputado Joel Coimbra - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 032/97 de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer Favorável do Deputado Joel Coimbra - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 033/97 de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer Favorável do Deputado Joel Coimbra - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 034/97 de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer Favorável do Deputado Joel Coimbra - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 037/97 de autoria do Deputado José Ferreira Gomes. Parecer Favorável do Deputado Joel Coimbra - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 041/97 de autoria do Deputado Élio Lino Rusch. Parecer Favorável do Deputado Joel Coimbra - APROVADO; 25) Projeto de Lei nº 053/97 de autoria do Deputado Carlos Martins. Parecer Favorável do Deputado Joel Coimbra - APROVADO; 26) Projeto de Lei nº 081/97 de autoria do Deputado Hidekazu Takayama. Parecer Favorável do Deputado Joel Coimbra - APROVADO; 27) Projeto de Lei nº 087/97 de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer Favorável do Deputado Joel Coimbra - APROVADO; 28) Projeto de Lei nº 092/97 de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer Favorável do Deputado Joel Coimbra - APROVADO; 29) Projeto de Lei nº 105/97 de autoria do Deputado Edno Guimarães. Parecer Favorável do Deputado Joel Coimbra - APROVADO; 30) Projeto de Lei nº 111/97 de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer Favorável do Deputado Joel Coimbra - APROVADO; 31) Projeto de Lei nº 113/97 de autoria do Deputado Élio Lino Rusch. Parecer Favorável do Deputado Joel Coimbra - APROVADO; 32) Projeto de Lei nº 388/95 de autoria do Deputado Joel Coimbra. Parecer Favorável do Deputado José Tavares - APROVADO; 33) Projeto de Lei nº 420/96 de autoria do Deputado Caio Quintana. Parecer Favorável do Deputado José Tavares - APROVADO; 34) Projeto de Lei nº 023/97 de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer Favorável do Deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 35) Projeto de Lei nº 114/97 de autoria do Poder Executivo. Parecer Favorável do Deputado Eduardo Trevisan na forma do Substitutivo anexo - APROVADO; 36) Projeto de Lei nº 020/97 de autoria do Deputado Anibal Khury. Concedido vistas ao Deputado Florisvaldo Fier. 37) Projeto de Lei nº 115/97 de autoria do Poder Executivo. Parecer Favorável na forma da emenda anexo, do Deputado Walmor Trentini - APROVADO. O Senhor Presidente agradece a

presença dos Senhores Deputado nesta Reunião Extraordinária e saúda aos novos integrantes da Comissão de Constituição e Justiça. O Deputado Florisvaldo Fier indaga ao Senhor Presidente se será fornecida pauta dos projetos para a próxima reunião. O Senhor Presidente esclarece que não possuímos mais computador para fazê-la, mas serão informados com antecedência a respeito dos projetos que estarão em votação. O Senhor Presidente passa a palavra ao Senhor José Maria Angeli, Presidente do Sindicato dos Professores da UEL-PR, onde faz uma explanação a respeito do conteúdo do Projeto de Lei nº 115/97, recém votado. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrado os trabalhos e dos quais para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada e Secretária de Comissão.

JOEL COIMBRA - Presidente;
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
13ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de abril de um mil novecentos e noventa e sete, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Joel Coimbra e com a presença dos seguintes Deputados: Cesar Selma, Geraldo Cartário, Elio Lino Rusch, José Tavares, Duffio Genari, Carlos Simões e Eduardo Trevisan. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião. Passa-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 578/96 de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer Favorável do Deputado Joel Coimbra - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrado os trabalhos e dos quais para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada e Secretária de Comissão.

JOEL COIMBRA - Presidente;
Ana Lúcia Andretta - Secretária.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
13ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de abril de um mil novecentos e noventa e sete, reuniu-se na Sala de Reuniões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Joel Coimbra e com a presença dos seguintes Deputados: Orlando Pessuti, José Maria Ferreira, Eduardo Trevisan, Basílio Zanusso, Sérgio Spada, Valdir Rossoni e Élio Rusch. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião. Passa-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 115/97 de autoria do Poder Executivo. O Senhor Presidente avoca o presente Projeto de Lei e apresenta Parecer Favorável à emenda nº 09 e contrário às demais - APROVADO. Nada mais tendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrado os trabalhos e dos quais para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada e Secretária de Comissão.

JOEL COIMBRA - Presidente;
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
13ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de abril de um mil novecentos e noventa e sete, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Joel Coimbra e com a presença dos seguintes Deputados: José Tavares, Edgar Bueno, Duffio Genari, Geraldo Cartário, Eduardo Trevisan, Cesar Selma, Carlos Simões, Dr. Rosinha e José Maria. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião. Passa-se à

Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 466/96 de autoria do Deputado Ricardo Chab. Concedido vistas ao Deputado Dr. Rosinha; 02) Projeto de Lei nº 364/96 de autoria do Deputado Cafo Quintana. Concedido vistas aos Deputados Dr. Rosinha e Edgar Bueno; 03) Projeto de Lei nº 497/96 de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Irondi Pugliesi. - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 139/97 de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões. APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 017/97 de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 016/97 de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 409/96 de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz C. Romanelli - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 302/96. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz C. Romanelli - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 304/96 de autoria do Deputado Walmor Trentini. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Cláudio Romanelli - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 298/96 de autoria do Deputado Walmor Trentini. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Cláudio Romanelli - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 569/96 de autoria do Deputado Sâmis da Silva. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 575/96. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Cesar Seleme - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 585/96 de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado César Seleme - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 14/97 de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Cesar Seleme - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 553/96 de autoria do Deputado Algaci Túlio. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Cafo Quintana - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 551/96 de autoria do Deputado Algaci Túlio. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Cafo Quintana - APROVADO; 17) Proposição Veto nº 003/97 de autoria do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 130/96, de autoria do Deputado Sâmis da Silva. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 18) Proposição Veto nº 004/97 de autoria do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 163/96, de autoria do Deputado Sâmis da Silva. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 20/97 de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Cesar Seleme - APROVADO; 20) Proposição Veto nº 005/97 de autoria do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 112/95, de autoria do Deputado Luiz Cláudio Romanelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Cesar Seleme - APROVADO; 21) Proposição Veto nº 002/97 de autoria do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 185/96, de autoria do Deputado Ricardo Chab. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Cesar Seleme - APROVADO; 22) Proposição Veto nº 072/96 de autoria do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 121/96, de autoria do Deputado Cesar Seleme. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Eduardo Trevisan. APROVADO; 23) Proposição Veto nº 073/96 de autoria do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 050/96, de autoria do Deputado Albanor Gomes. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Eduardo Trevisan. APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 529/96 de autoria do Deputado Joel Coimbra. Concedido vistas ao Deputado Dr. Rosinha; 25) Projeto de Lei nº 112/96 de autoria do Deputado Luiz C. Zuk. Concedido vistas ao Deputado Carlos Simões; 26) Projeto de Resolução nº 008/97 de autoria do Deputado Durval Amaral. Concedido vistas ao Deputado Cesar Seleme; 27) Projeto de Lei nº 154/97 de autoria do Deputado Anibal Khury e Outros. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 28) Projeto de Lei nº 514/96 de autoria do Deputado Joel Coimbra. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO; 29) Projeto de Lei nº 528/96 de autoria dos Deputados Anibal Khury e Antonio Anibelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO; 30) Proposição Veto nº 001/97 de autoria do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 510/96, de autoria do Deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 31) Proposição Veto nº 077/96 de autoria do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 174/96, de autoria dos Deputados Irineu Colombo e

Eduardo Trevisan. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 32) Projeto de Lei nº 133/97 de autoria do Deputado Joel Coimbra. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 33) Projeto de Lei nº 138/97 de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 34) Projeto de Resolução nº 049/97 de autoria do Deputado Cesar Seleme. O Autor requer retirada de pauta - DEFERIDO; 35) Projeto de Lei nº 051/97 de autoria do Deputado Cesar Seleme. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duffio Genari - APROVADO; 36) Projeto de Lei nº 492/96 de autoria do Deputado Antonio Anibelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Cafo Quintana - APROVADO; 37) Projeto de Lei nº 077/97 de autoria do Deputado Cafo Quintana. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 38) Projeto de Lei nº 539/96 de autoria do Deputado Algaci Túlio. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 39) Projeto de Lei nº 036/97 de autoria do Deputado Nelson Tureck. Concedido vistas ao Deputado Geraldo Cartário; 40) Projeto de Resolução nº 567/96 de autoria do Deputado Augustinho Zucchi. Concedido vistas ao Deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 41) Projeto de Lei nº 566/96 de autoria do Deputado Augustinho Zucchi. Concedido vistas ao Deputado Geraldo Cartário; 42) Projeto de Lei nº 565/96 de autoria do Deputado Augustinho Zucchi. Concedido vistas ao Deputado Geraldo Cartário; 43) Projeto de Lei nº 549/96 de autoria do Deputado Algaci Túlio. Concedido vistas ao Deputado Geraldo Cartário; 44) Projeto de Lei nº 548/96 de autoria do Deputado Algaci Túlio. Concedido vistas ao Deputado Geraldo Cartário; 45) Projeto de Lei nº 547/96 de autoria do Deputado Algaci Túlio. Concedido vistas ao Deputado Geraldo Cartário; 46) Projeto de Lei nº 546/96 de autoria do Deputado Algaci Túlio. Concedido vistas ao Deputado Geraldo Cartário; 47) Projeto de Lei nº 545/96 de autoria do Deputado Algaci Túlio. Concedido vistas ao Deputado Geraldo Cartário; 48) Projeto de Lei nº 544/96 de autoria do Deputado Algaci Túlio. Concedido vistas ao Deputado Geraldo Cartário; 49) Projeto de Lei nº 543/96 de autoria do Deputado Algaci Túlio. Concedido vistas ao Deputado Geraldo Cartário; 50) Projeto de Lei nº 542/96 de autoria do Deputado Algaci Túlio. Concedido vistas ao Deputado Geraldo Cartário; 51) Projeto de Lei nº 541/96 de autoria do Deputado Algaci Túlio. Concedido vistas ao Deputado Geraldo Cartário; 52) Projeto de Lei nº 540/96 de autoria do Deputado Algaci Túlio. Concedido vistas ao Deputado Geraldo Cartário; 53) Projeto de Lei nº 534/96 de autoria do Deputado Luiz Carlos Zuk. Concedido vistas ao Deputado Geraldo Cartário; 54) Projeto de Lei nº 533/96 de autoria do Deputado Luiz Carlos Zuk. Concedido vistas ao Deputado Geraldo Cartário; 55) Projeto de Lei nº 532/96 de autoria do Deputado Luiz Carlos Zuk. Concedido vistas ao Deputado Geraldo Cartário; 56) Projeto de Lei nº 531/96 de autoria do Deputado Luiz Carlos Zuk. Concedido vistas ao Deputado Geraldo Cartário; 57) Projeto de Lei nº 530/96 de autoria do Deputado Luiz Carlos Zuk. Concedido vistas ao Deputado Geraldo Cartário; 58) Projeto de Lei nº 515/96 de autoria do Deputado Luiz Carlos Zuk. Concedido vistas ao Deputado Geraldo Cartário; 59) Projeto de Lei nº 512/96 de autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo. Concedido vistas ao Deputado Geraldo Cartário; 60) Projeto de Lei nº 112/97 de autoria do Deputado Beto Richa. Concedido vistas ao Deputado Geraldo Cartário; 61) Projeto de Lei nº 568/96 de autoria do Deputado Augustinho Zucchi. Concedido vistas ao Deputado Geraldo Cartário; 62) Projeto de Lei nº 123/97 de autoria do Deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL à EMENDA do Deputado José Tavares - APROVADO; 63) Projeto de Lei nº 063/97 de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Concedido vistas ao Deputado José Maria Ferreira; 64) Projeto de Lei nº 064/94 de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Concedido vistas ao Deputado José Maria Ferreira; 65) Projeto de Lei nº 062/97 de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Concedido vistas ao Deputado José Maria Ferreira; 66) Projeto de Lei nº 061/97 de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Concedido vistas ao Deputado José Maria Ferreira; 67) Projeto de Lei nº 060/97 de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Concedido vistas ao Deputado José Maria Ferreira; 68) Projeto de Lei nº 057/97 de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Concedido vistas ao Depu-

tado José Maria Ferreira; 69) Projeto de Lei nº 056/97 de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Concedido vistas ao Deputado José Maria Ferreira; 70) Projeto de Lei nº 065/97 de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Concedido vistas ao Deputado José Maria Ferreira; 71) Projeto de Lei nº 068/97 de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Concedido vistas ao Deputado José Maria Ferreira; 72) Projeto de Lei nº 066/97 de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Concedido vistas ao Deputado José Maria Ferreira; 73) Projeto de Lei nº 067/97 de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Concedido vistas ao Deputado José Maria Ferreira; 74) Projeto de Lei nº 102/97 de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Concedido vistas ao Deputado José Maria Ferreira; 75) Projeto de Lei nº 109/97 de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Concedido vistas ao Deputado José Maria Ferreira; 76) Projeto de Lei nº 110/97 de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Concedido vistas ao Deputado José Maria Ferreira; 77) Projeto de Lei nº 108/97 de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Concedido vistas ao Deputado José Maria Ferreira; 78) Projeto de Lei nº 097/97 de autoria do

Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Concedido vistas ao Deputado José Maria Ferreira; 79) Projeto de Lei nº 103/97 de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Concedido vistas ao Deputado José Maria Ferreira; 80) Projeto de Lei nº 096/97 de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Concedido vistas ao Deputado José Maria Ferreira; 81) Projeto de Lei nº 095/97 de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Concedido vistas ao Deputado José Maria Ferreira; 82) Projeto de Lei nº 107/97 de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Concedido vistas ao Deputado José Maria Ferreira; 83) Projeto de Lei nº 126/96 de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrado os trabalhos e dos quais para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada e Secretária de Comissão.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
ANA LÚCIA ANDRETTA - Secretária
ASSINATURAS ILEGÍVEIS